

Sisejufe requer ao STF que servidores C14 e C15 também sejam beneficiados

A direção do Sisejufe protocolou requerimento administrativo no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que todos os servidores do Poder Judici-

ário Federal sejam beneficiados pelo reenquadramento da à Lei 12.774/2012, assim como no MPU. O sindicato reivindica que todos os funcionários, tanto

analistas, técnicos e auxiliares judiciários do Judiciário Federal (Justiça Federal, Trabalho, Eleitoral e Militar) seja reenquadrados, inclusive os que passaram do

padrão C15 para C13 e do C14 para C12, de acordo com Portaria Conjunta nº 1, nesse caso que o benefício seja através de Vantagem Pessoal Nominalmente

Identificada (VPNI) e que garanta a mesma diferença salarial pela troca de nível obtida pelos demais padrões.

Página 3

Sisejufe cobra do TSE o envio da Isonomia ao Congresso Nacional

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, reuniu-se na tarde da segunda-feira, dia 26 de agosto, com o secretário-geral da Presidência

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Braga, para tratar do envio do anteprojeto que garante a isonomia de funções dos chefes de cartórios dos

tribunais regionais eleitorais (TRE). Aproveitou a oportunidade e entregou o Ofício do Sisejufe, no qual constam as questões referentes ao assunto.

Foto: Valter Campanato/ABR



Página 4

Reunião com a Presidência do TRE-RJ: pauta da categoria

Foto: Fortunato Mauro



Na quinta-feira, 5 de setembro, Válder Nogueira Alves, diretor-presidente do Sisesufe, e Moisés Leite, também diretor e membro do Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do sindicato, reuniram-se com a desembargadora Letícia Sardas,

presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), Helga Pitthan, diretora-geral do TRE e Alan Amand Torres, secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal.

Página 9

Justiça do Trabalho no Rio avança com a sua descentralização

A direção do Sisejufe participou de reunião em 16 de agosto com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargador Carlos Alberto Araújo Drummond, para buscar esclarecimentos sobre o

projeto de descentralização da Justiça do Trabalho. O diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, o diretor da entidade Édson Mouta Vasconcellos e a assessora política Vera Miranda explicaram que a

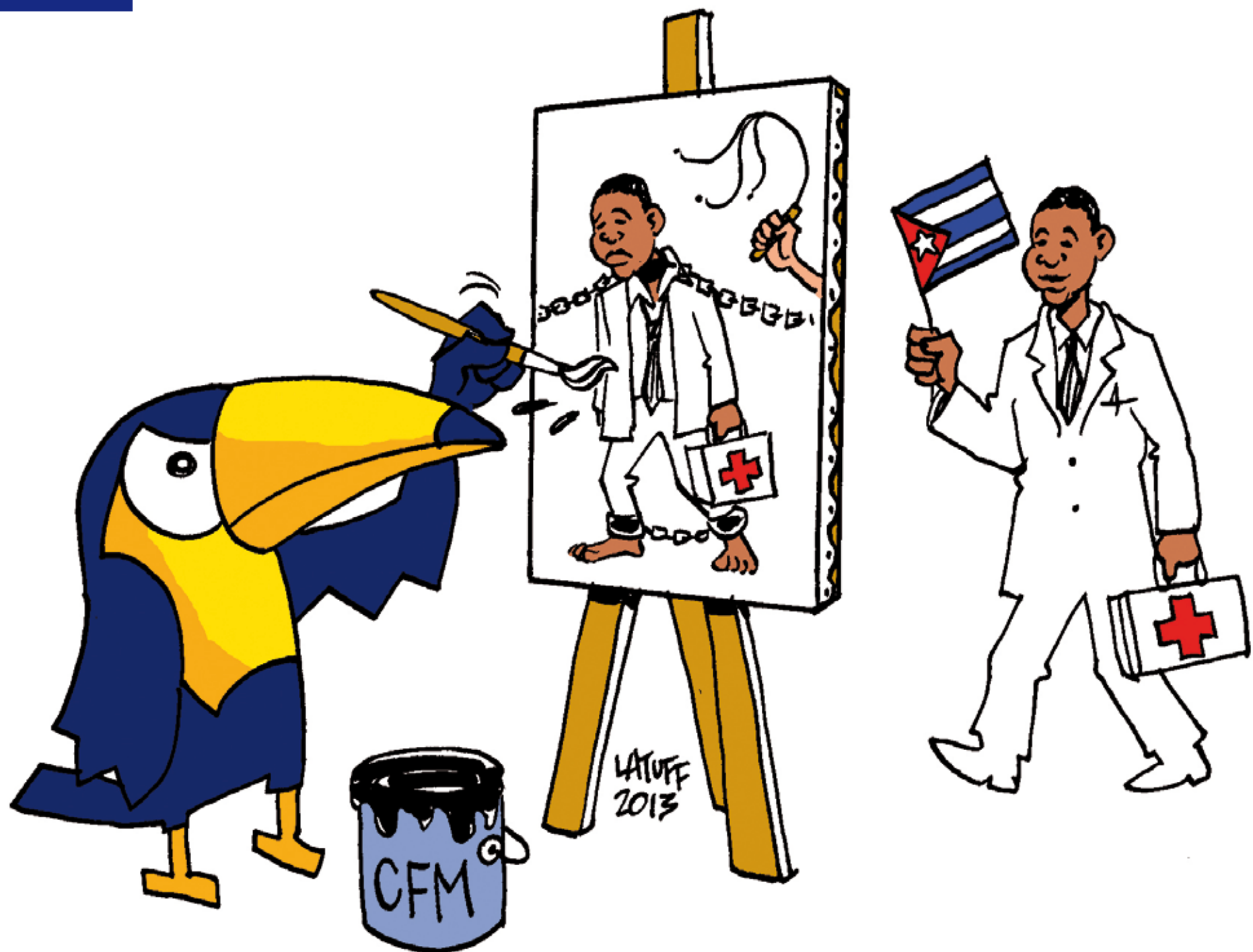
proposta do Tribunal provocou apreensão entre o funcionalismo lotado nos prédios das ruas do Lavradio e Gomes Freire, no que diz respeito, principalmente, aos critérios que serão usados para a mudança.

Foto: Max Leone



Página 11

Leia Mais				
CSJT aprova reenquadramento dos auxiliares em técnicos judiciários	Fenajufe cobra do STM respostas para a Pauta Emergencial	Plenária define calendário de lutas da categoria	CNJ confirma jornada de quatro horas para médicos do TRT1	Nem Estado Máximo, nem Estado Mínimo
Página 5	Página 7	Página 8	Página 10	Página 12



Servidora lança livro sobre Administração Judiciária e Governança

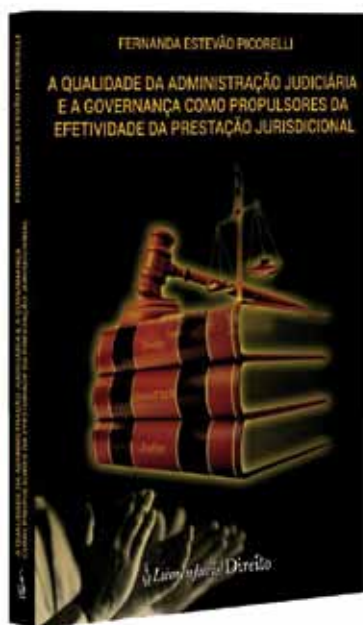
Max Leone*

Analista judiciária Fernanda Estevão Picorelli, de 44 anos, da 3ª Vara Federal de São Gonçalo lança no dia 17 de setembro o livro “A qualidade da Administração Judiciária e a Governança como Propulsores da Efetividade da Prestação Jurisdicional”. O evento acontecerá no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, 241, Centro do Rio.

A obra trata da necessidade de melhorar a administração do Poder Judiciário para que um

serviço de melhor qualidade possa ser prestado. Para a servidora, a cúpula do Judiciário é despreparada para administrar, por não ter uma visão de Administração. Segundo ela, para melhorar o atendimento ao cidadão é preciso esse conhecimento, também. “São juristas que estão nos cargos de administradores”, afirma a autora.

Fernanda Picorelli ressalta que não quer substituir os juizes dos setores administrativos, até porque existem barreiras constitucionais, mas defende que eles devem se especializar nesse



campo da governança. No livro, ela aponta que essa governança pode ser uma estratégia que admita a participação de outros profissionais qualificados na Administração Pública por meio de parcerias. Em sua avaliação, dar qualidade à administração do Judiciário não é entregar as sentenças em quantidade, referindo-se às metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas, sim, que o juiz faça um trabalho de qualidade em tempo hábil.

Graduada em Direito, com pós-graduação em Administra-

ção, mestre em Direito Público e Evolução Social e também com curso de MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a autora explica que o seu trabalho foi submetido a uma banca interdisciplinar composta por professores doutores, sendo dois juristas e um representante da área da Administração Pública, enquanto ciência autônoma, que segundo ela, com muita seriedade, dispuseram-se a debater as ideias que lhes foram confiadas.

*Da Redação.

Contraponto

SISEJUF: Filiado à FENAJUF e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Raquel Carlucho (MTB 14.923) – Bruno Franco
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **FOTOGRAFIA:** Acervo Sisejufe

EDIÇÃO: Fortunato Mauro
 As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso
em Papel
Reciclado.
7,5 mil
exemplares.



Reenquadramento: Sisejufe requer ao STF que servidores C14 e C15 também sejam beneficiados

Carreira Sindicato reivindica que nesses casos os trabalhadores recebam por meio de VPNI

Max Leone*

A direção do Sisejufe protocolou requerimento administrativo no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que todos os servidores do Poder Judiciário Federal sejam beneficiados pelo reenquadramento à Lei 12.774/2012, assim como no MPU. O sindicato reivindica que todos os funcionários, tanto analistas, técnicos e auxiliares judiciários do Judiciário Federal (Justiça Federal, Trabalho, Eleitoral e Militar) sejam reenquadrados, inclusive os que passaram do padrão C15 para C13 e do C14 para C12, de acordo com Portaria Conjunta nº 1. O Sisejufe pede nesse caso que o benefício seja através de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) e que garanta a mesma diferença salarial pela troca de nível obtida pelos demais padrões.

“Nosso pedido visa beneficiar todos os servidores que foram prejudicados com o reenquadramento, e no caso dos servidores C14 e C15 recebam uma rubrica individual (VPNI) equivalente à diferença de vencimentos para manter a proporcionalidade remuneratória”, explica o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves.

Segundo ele, a proposição do sindicato vai além do que foi decidido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determinou o ajuste até o nível C14, deixando de fora os servidores que estavam no nível C15. A decisão do CNMP não atingiu, no entanto, o pessoal do topo, ou final, da carreira, ou seja, os que passaram de C15 para C13. “A decisão do CNPM não garantiu o reenquadramento para os servidores C15 e, no caso do C14, somente corrigiu parcialmente o pessoal do penúltimo pa-

Analista Judiciários					
Padrões da Lei 11.416/2006	Portaria Conjunta n.º 1 (Lei 12.774/2012)		Requerimento dos servidores		Diferença (%)
	Padrão	Vencimento (R\$)	Padrão	Vencimento (R\$)	
C-15	C-13	6.957,41	C-13	6.957,41 *	0,00
C-14	C-12	6.754,77	C-13	6.957,41 **	3,00
C-13	C-11	6.558,03	C-13	6.957,41	6,09
C-12	B-10	6.367,02	C-12	6.754,77	6,09
C-11	B-9	6.181,57	C-11	6.558,03	6,09
B-10	B-8	5.848,22	B-10	6.367,02	8,87
B-9	B-7	5.677,88	B-9	6.181,57	8,87
B-8	B-6	5.512,51	B-8	5.848,22	6,09
B-7	A-5	5.351,95	B-7	5.677,88	6,09
B-6	A-4	5.196,07	B-6	5.512,51	6,09
A-5	A-3	4.915,86	A-5	5.351,95	8,87
A-4	A-2	4.772,68	A-4	5.196,07	8,87
A-3	A-1	4.633,67	A-3	4.915,86	6,09
A-2	A-1	4.633,67	A-2	4.772,68	3,00
A-1	A-1	4.633,67	A-1	4.633,67	0,00

Técnicos Judiciários					
Padrões da Lei 11.416/2006	Portaria Conjunta n.º 1 (Lei 12.774/2012)		Requerimento dos servidores		Diferença (%)
	Padrão	Vencimento (R\$)	Padrão	Vencimento (R\$)	
C-15	C-13	4.240,47	C-13	4.240,47 *	0,00
C-14	C-12	4.116,96	C-13	4.240,47 **	3,00
C-13	C-11	3.997,05	C-13	4.240,47	6,09
C-12	B-10	3.880,63	C-12	4.116,96	6,09
C-11	B-9	3.767,60	C-11	3.997,05	6,09
B-10	B-8	3.564,43	B-10	3.880,63	8,87
B-9	B-7	3.460,61	B-9	3.767,60	8,87
B-8	B-6	3.359,82	B-8	3.564,43	6,09
B-7	A-5	3.261,96	B-7	3.460,61	6,09
B-6	A-4	3.166,95	B-6	3.359,82	6,09
A-5	A-3	2.996,17	A-5	3.261,96	8,87
A-4	A-2	2.908,90	A-4	3.166,95	8,87
A-3	A-1	2.824,17	A-3	2.996,17	6,09
A-2	A-1	2.824,17	A-2	2.908,90	3,00
A-1	A-1	2.824,17	A-1	2.824,17	0,00

* Para os servidores C-13 da Portaria Conjunta n.º 1, há pedido de instituição de rubrica individual equivalente à diferença de vencimento do C-13 para o C-11, para manter a proporcionalidade remuneratória (pedido não atendido no CNMP).

** Para os servidores C-12 da Portaria Conjunta n.º 1, além do enquadramento como C-13, há pedido de instituição de rubrica individual equivalente à diferença de vencimento do C-13 para o C-12, para manter a proporcionalidade remuneratória (pedido não atendido no CNMP).

drão. Nós queremos ir além, pois todos devem receber a diferença remuneratória, quer por reenquadramento, quer por VPNI”, afirma Valter Nogueira Alves.

Em recente reunião com o presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa e o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, os coordenadores da Fenajufe Adílson Rodrigues, Eugênia Lacerda, Mara Weber e Ramiro Lopez foram informados de que o assunto está sob os cuidados

da Assessoria Jurídica da Alta Corte. De acordo com o Miguel Fonseca, a proposta está em fase final de análise e que há uma simpatia pela decisão do CNMP.

No dia 6 de agosto, os servidores do Ministério Público da União conquistaram o direito ao reenquadramento com mais dois padrões. A vitória aconteceu na 12ª sessão ordinária do CNMP, que aprovou, por unanimidade, o Procedimento de Controle Administrativo (PCA) estendendo a

decisão do próprio conselho que havia concedido aos seus servidores o mesmo tipo de benefício.

Para Roberto Ponciano, coordenador da Fenajufe e diretor do Sisejufe, “a decisão abre um precedente importante na luta para corrigir as distorções, levando em consideração a defasagem salarial e a desvalorização profissional dos servidores”.

Segundo o assessor jurídico do Sisejufe, Jean Ruzzarin, a Portaria Conjunta nº 1, de 23

de maio de 2013, estabeleceu regras que contrariam o interesse dos servidores e violam disposições legais do plano de carreira. Segundo ele, a Seção III que regulamenta as alterações feitas pela Lei 12.774, de 2012, na Lei 11.416, de 2006, mexeu na progressão e na promoção funcionais, tentando resolver o problema da supressão de dois padrões do desenvolvimento nas carreiras.

*Da Redação.

Sisejufe cobra do TSE o envio da Isonomia ao Congresso Nacional

Sindical

Desde 2006 Sisejufe vem lutando pela isonomia entre chefes de cartório

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, reuniu-se na tarde da segunda-feira, dia 26 de agosto, com o secretário-geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Braga, para tratar do envio do anteprojeto que garante a isonomia de funções dos chefes de cartórios dos tribunais regionais eleitorais (TRE). Aproveitou a oportunidade e entregou o ofício do Sisejufe, no qual constam as questões referentes ao assunto.

A reunião ocorreria com a ministra Carmem Lúcia, presidente do TSE, mas, em função da urgência da pauta, o secretário-geral recebeu o diretor-presidente do Sisejufe. O encontro também contou com as participações de Mara Weber, coordenadora-geral da Fenajufe, do assessor parlamentar do Sisejufe, Alexandre Marques, e do assessor jurídico, também do Sisejufe, Jean Ruzzarim. Valter Nogueira relatou ao secretário-geral do TSE a necessidade de encaminhar o anteprojeto até o dia 31 de agosto para garantir a possibilidade de sua implantação em 2014, tendo em vista que o mérito do projeto pode ser aprovado posteriormente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

Valter Nogueira Alves também argumentou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda não foi aprovada no Congresso Nacional e que, atualmente, não existe, no quadro legislativo, exigência de análise do mérito do anteprojeto pelo CNJ para que o mesmo seja enviado para análise dos parlamentares. Segundo ele, mesmo que houvesse a necessidade, o projeto poderia ser encaminhado ao Congresso Nacional da mesma forma que a proposta de Plano de Cargos e Salários (PCS3), transformada no Projeto de Lei 5.845/05, foi remetida ao Congresso, com envio posterior do parecer de mérito pelo CNJ.

Em razão da exiguidade de

tempo para mandar a proposta do TSE, Carlos Braga afirmou que conversaria ainda no dia 26 de agosto com a ministra Carmem Lúcia para entregar-lhe pessoalmente o requerimento protocolado pelo Sisejufe, no qual o sindicato apresenta a sua tese com argumentos jurídicos da não necessidade, nessa fase, da análise do mérito, diante do curto tempo para o encaminhamento da proposta (anteprojeto) até 31 de agosto para o Congresso.

Mas, de acordo com Lúcia Bernardes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Estado de Minas Gerais (Sitramg), a ministra Carmem Lúcia, informou que o projeto de lei acabou não sendo enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fato de vários tribunais regionais eleitorais terem encaminhado direto para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem passar pelo STF, pedido de criação de três mil cargos para esses tribunais. Segundo Lúcia Bernardes, a ministra Carmem Lúcia chegou a procurar o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, para tratar do assunto, que determinou a formação de uma comissão para estudar o tema. “A ministra Carmem Lúcia disse que gostaria de deixar a Presidência do TSE com o caso da isonomia dos chefes de cartórios resolvido. Por isso tratou diretamente do assunto do com o presidente do STF, que pediu a criação da comissão”, explicou Lúcia Bernardes.

Anteprojeto parado no CNJ

Desde junho de 2012 o anteprojeto de lei que cria as funções e garante a isonomia, está parado no CNJ. É a última etapa antes de ser apreciado pelo Congresso Nacional, conforme determina a legislação orçamentária.

Para que ele possa ter possibilidade de implantação em 2014, precisaria ter chegado até o dia 31 de agosto no Congresso



Foto: Acervo Sisejufe

Valter Nogueira relatou ao secretário-geral do TSE a necessidade de encaminhar o anteprojeto até o dia 31 de agosto para garantir a possibilidade de sua implantação em 2014

Nacional, para que o mesmo pudesse ser incluído no anexo V do Projeto de Lei Orçamentária de 2014. A suspensão dos trabalhos no CNJ impediu que o Parecer de Mérito sobre o Anteprojeto de Lei nº 3409-91.2012.2.00.0000, sobrestado desde 4 de julho de 2012, pudesse ser avaliado antes do dia 31 de agosto.

A solicitação de envio imediato do anteprojeto de lei de criação dos cargos e funções ao Congresso Nacional pela direção do Sisejufe estava respaldada na própria Constituição Federal que não prevê avaliação de mérito pelo CNJ para o envio

de anteprojeto de criação de cargos e funções. A previsão de avaliação do mérito é uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma lei transitória que regulamenta apenas um exercício orçamentário. A LDO para 2014 ainda aguarda aprovação pelo Congresso Nacional (PLN 2/2013 – CN), portanto não existe previsão que obrigue o encaminhamento do anteprojeto ao CNJ.

Sindicato atua para aprovação do projeto de Isonomia

Desde 2006, o Sisejufe vem lutando junto com a Fenajufe para obtenção da isonomia de

funções comissionadas entre os chefes de cartórios da capital e do interior da Justiça Eleitoral. Em 2008, o sindicato entrou com processo que obteve o número 0016299-91.2008.4.01.3400 que pede a extensão da FC-4 para chefe de cartório do interior (que recebe apenas FC-1), em isonomia com a FC-4 paga aos chefes de cartório da capital, ou a indenização pela diferença mais os valores atrasados devidos. O processo encontra-se concluso para relatório e voto no gabinete do desembargador federal Francisco de Assis Betti. A apelação cível encontra-se na 2ª Turma do TRF da 1ª Região aguardando inclusão de pauta para julgamento.

Em abril de 2012, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano e o então coordenador-geral da Fenajufe, José Carlos Oliveira, se reuniram com a assessora da Secretaria de Gestão de Pessoas do TSE, Zélia Miranda, para tratar da isonomia dos chefes de cartório, compensação e pagamento de horas extras, entre outros assuntos. A tramitação do projeto entrava na fase do envio para o CNJ, para análise do mérito.

Atualmente, os chefes de cartório lotados no interior recebem uma função de comissionada de nível FC-1 e os lotados na capital, FC-4. Para acabar com essa discrepância, o TSE já publicou um acórdão aprovando a proposta de isonomia e encaminhou o anteprojeto ao CNJ, protocolado com o número 0003409-91.2012.2.00.0000, cuja relatoria está nas mãos da ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Segundo ela, a demora em levar o projeto à sessão do CNJ se deve ao fato de uma portaria do conselho ter sobrestado todos os processos relativos à criação de cargos e funções no judiciário Federal.

Da Redação.

CSJT aprova reenquadramento dos auxiliares em técnicos judiciários

Sindical Acompanhamento da questão vem de há muito tempo

Dirigentes da categoria se reuniram com o ministro e conselheiro do CSJT, Vieira de Mello, para solicitar seu empenho na aprovação da matéria que reenquadra os auxiliares como técnicos judiciários

Na manhã do dia 30 de agosto, os coordenadores Cleto Vieira (Sindjus/Fenajufe) e Roberto Ponciano (Sisejufe/Fenajufe) acompanharam, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a votação da resolução que regulamenta Artigo 3º da

Lei 12.774/12, que trata da questão dos auxiliares judiciários (Processo CSJT-AN - 4341-93.2013.5.90.0000).

Os coordenadores solicitaram audiência com o secretário-geral do CSJT, juiz Orlando Tadeu de Alcântara, para pedir preferência na ordem de votação da maté-

ria. O mesmo pedido foi feito ao relator, conselheiro Aloysio Corrêa da Veiga. O pleito foi atendido e a matéria foi a primeira a ser julgada.

O relator leu seu voto no sentido de aprovar a minuta proposta pela Assessoria de Recursos Humanos do CSJT. Aberta a votação, a matéria foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Cleto, Ponciano e os servidores que acompanhavam a votação comemoraram a vitória.

O trabalho de acompanhamento dessa matéria vem de há muito tempo e o último esforço antes da data da votação foi feito no início da noite do dia 29 de agosto, quando os dirigentes da categoria se reuniram com o ministro e conselheiro

do CSJT, Vieira de Mello, para solicitar seu empenho na aprovação da matéria que reenquadra os auxiliares como técnicos judiciários. O ministro ouviu a argumentação dos coordenadores no sentido de que era necessária a correção da injustiça. Os coordenadores também esclareceram, com detalhes, o pleito dos servidores. “Essa regulamentação é muito importante, pois corrige uma injustiça histórica.

Enquanto muitos servidores enquadrados recebem como nível intermediário, outros ainda recebem como nível fundamental. Agora, vamos pegar o acórdão para estudar a extensão deste reenquadramento. Porém, já podemos adiantar que grande parte dos

cargos de auxiliares judiciários será transformado em nível intermediário graças à luta que levou à decisão do CSJT”, ressalta Cleto Vieira.

Segundo Roberto Ponciano, dirigente da Fenajufe, a federação esperava a decisão do CSJT para então tomar uma decisão e entrar também com a mesma medida no Conselho de Justiça Federal (CJF): “Temos muitos auxiliares que fizeram concurso em 1996 e entraram no serviço público até o ano 2000 e eles estão na mesma situação. Vamos agora buscar o CJF para que esse pessoal seja beneficiado com o reenquadramento”.

Edição feita a partir de texto da Imprensa Fenajufe.

Presidente do STF sinaliza avanço do reenquadramento e do PL 319/2007

Adilson Rodrigues, Eugênia Lacerda, Mara Weber e Ramiro López, coordenadores da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), reuniram-se com o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dia 26 de agosto. Na audiência, inicialmente, foi apresentada a nova direção da federação, que escutou do próprio presidente do STF, a informação de ele conhece a estrutura da entidade e a sua representatividade. Os dirigentes da Fenajufe apresentaram a pauta emergencial da categoria e lembraram a reunião anterior com ministro Joaquim Barbosa, em março desse ano, na qual a federação se comprometeu a protocolar as reivindicações, o que foi feito. Além disso, argumentaram junto ao ministro que a defasagem salarial da categoria se aproxima dos 50%, de 2006

a 2013, acarretando dificuldades e endividamentos.

Joaquim Barbosa também ouviu a cobrança sobre a antecipação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e a aplicação da data-base. O ministro argumentou que entende as dificuldades, pois assina as exonerações todos os dias, e informou que a pauta emergencial está na Direção Geral do STF, com o diretor Miguel Augusto Fonseca de Campos, para estudos mais aprofundados. Acerca da data-base, o presidente afirmou que não poderia se manifestar, uma vez que há um Recurso Extraordinário tramitando no STF (RE 565.089/SP), cujo relator, ministro Marco Aurélio de Mello, votou favoravelmente e que está à espera de ser incluído em pauta de votação. Segundo Joaquim Barbosa, existe um rito nas pautas, que são por temas, e assim que forem pautados processos referentes ao funcionalismo público, o recurso, estando pronto, deverá entrar em pauta.

A Fenajufe também destacou



Foto: Nelson Jr./SCO-STF

Em reunião com ministro Joaquim Barbosa, Fenajufe apresenta pauta de reivindicação da categoria

a importância da formação de mesa de negociação, já tratada na reunião anterior com ministro Joaquim Barbosa, e que o presidente do STF informou que está aguardando a posse dos novos conselheiros do CNJ para tratar do assunto. Enquanto isso designou o diretor-geral, Miguel Fonseca, como interlocutor do STF junto à federação.

Em relação à isonomia dos chefes de cartórios eleitorais

do interior e da capital, que está sobrestado no CNJ, o pleito foi no sentido da remessa do projeto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) diretamente ao Congresso Nacional, ficando pendente o parecer do CNJ. Como a próxima sessão do conselho está prevista somente para setembro, a solicitação tinha o intuito de garantir que os parlamentares recebessem o projeto antes do dia 31 de agosto,

quando terminou o prazo para que ele pudesse entrar na LOA de 2014 (Leia matéria sobre o requerimento do Sisejufe ao TSE acerca da questão).

Ao fim da audiência, Joaquim Barbosa confirmou que enviará convite para a Fenajufe participar do VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizado em novembro, em Belém (PA). [Edição feita a partir de texto da Imprensa Fenajufe]

Conjuntura aponta a crise no capitalismo e do neoliberalismo

Fenajufe Pauta emergencial é definida assim como o plano de lutas para o seu alcance

Já na abertura da Plenária Extraordinária da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), dia 23 de agosto, ocorreu intenso debate sobre as conjunturas internacional e nacional, cujo objetivo era o de balizar as discussões sobre o Plano de Lutas da categoria, tendo em vista as recentes manifestações que perpassaram o país no mês de junho passado. Os coordenadores gerais da federação Adilson Rodrigues, Mara Weber e Ramiro López, além de Cleto Vieira, representando a entidade local de servidores do Judiciário Federal, o Sindjus-DF, ressaltaram a importância dos debates vindouros e disseram esperar que o evento cumprisse o que o congresso da entidade não conseguiu, que foi a elaboração do referido Plano de Lutas da categoria.

Na mesa de conjuntura, quatro debatedores trouxeram informações acerca dos cenários internacional e nacional, político e econômico e sobre a situação da categoria nisso tudo. Celso Luiz de Sá, coordenador da Associação dos Servidores da UFRGS e UFCMPA (Assufrgs) e ex-coordenador da Federação de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra-Sindical); Rodrigo Dantas, professor de Filosofia Política na Universidade de Brasília (UnB), José Loguércio, aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) e doutor em Ciência Política; e João Evangelista Mendes de Sousa, oficial de justiça aposentado do TRT da 15ª Região e suplente na coordenação da Fenajufe, apontaram as crises no capitalismo e do neoliberalismo, como o governo dito “de esquerda” não é tão de esquerda assim e o poder da mídia na manutenção do “status quo”. Em comum, todos criticaram a falta da participação do Poder Judiciário



Foto: Joana D'Arc

Em comum, todos criticaram a falta da participação do Poder Judiciário na mudança de paradigmas e a falta de credibilidade nas instituições representativas dos trabalhadores

rio na mudança de paradigmas e a falta de credibilidade nas instituições representativas dos trabalhadores.

Definições do Plano de Lutas da categoria

A Plenária da Fenajufe, no sábado, dia 24 de agosto começou com a aprovação do Regimento Interno. Em seguida teve início a votação do Plano de Lutas. Para facilitar os trabalhos, as propostas foram sistematizadas e divididas em quatro blocos: Reajuste salarial, Saúde e condições de trabalho, Direitos e calendário de lutas. Dentro de cada um desses blocos foram condensadas as propostas relacionadas aos mesmos assuntos.

Pela manhã, com a mesa formada por Eugênia Lacerda, Jaqueline Albuquerque e Saulo Arcangelí, os delegados apro-

varam os pontos relativos a reajuste salarial, com destaque para a luta pela antecipação do reajuste de 15,8%, promovendo atos unificados envolvendo todo o funcionalismo federal. No que diz respeito à política salarial, a plenária aprovou a luta pela implantação da data-base, preferencialmente em maio, com intensa mobilização política e medidas judiciais necessárias. A categoria deve buscar também uma política salarial permanente com reposição inflacionária, a valorização do salário efetivo em substituição às funções e cargos de confiança, com critérios objetivos para a ocupação de postos de chefia, o pagamento de todos os passivos e demais direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no Judiciário Federal, do Ministério Público

da União (MPU) e demais servidores federais e a ratificação dos eixos da campanha salarial dos SPF. Além disso, foi aprovada a luta contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores e o calote do Estado legitimado pela EC 62/2009, que instituiu o regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e municípios.

Outro ponto aprovado foi a determinação para que a Fenajufe convoque para o dia 19 de outubro reunião dos auxiliares judiciários com a finalidade de buscar uma solução para os não contemplados pela atual legislação no que tange a sua inclusão na tabela referente ao nível intermediário. Para esta reunião, as entidades deverão manter a presença de, no mínimo, dois auxiliares por entidade filiada e a Fenajufe deve designar quatro diretores para participarem.

Com relação ao reenquadramento (leis 12.773 e 12.774/2012), houve deliberação no sentido defender a manutenção dos servidores no mesmo padrão e classe que se encontravam antes das referidas leis, sem redução de níveis em dois padrões, evitando violação

do princípio da isonomia, visto que a redução em dois níveis para os servidores vai fazer com que os mais antigos fiquem 14 anos para atingir o final de carreira enquanto aqueles que tomarem posse depois dessas leis chegam ao final de carreira em 12 anos (acerca dessa questão, leia a matéria “Reenquadramento: Sisejufe requer ao STF que servidores C14 e C15 também sejam beneficiados”).

Também foram aprovadas propostas gerais, como a necessidade de interferência político-jurídica da Fenajufe contra as propostas de resolução do Supremo Tribunal Federal (STF) no propósito de criação e valorização das funções e cargos comissionados (FC e CJ) apenas no âmbito do STF e criação de carreira única para seus servidores; de luta pela extinção de todas as funções e cargos comissionados, transformando seus valores em salário, como forma de valorizar a categoria em vez de dividi-la; de criação de Grupo de Trabalho na Fenajufe para encaminhar questões relativas à Justiça Eleitoral, incluindo a luta por isonomia das funções comissionadas

No bloco sobre Saúde e condições de trabalho, os participantes ressaltaram a importância de aprofundar as ações que preservam a saúde dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU



Servidores constroem pauta e plano de lutas

(FC) de cartório da capital e do interior em FC6; e pela criação de novos cargos na forma do Anteprojeto de Lei 0003409-91.2012.2.00.0000, de autoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que se encontra suspenso no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foram apresentadas ainda propostas que dizem respeito ao Plano de Carreira, mas todas serão encaminhadas para o Grupo de Trabalho cuja criação foi aprovada na Plenária e deve pautar a discussão com toda a categoria, inclusive com a organização de seminários regionais. Ficou definido também que a próxima reunião da Executiva da Fenajufe definirá uma data para a realização de um seminário nacional sobre Carreira. Serão

criados grupos de trabalho de Carreira na Fenajufe e nas entidades de base.

Saúde e condições de trabalho

Nas votações de todos os itens do bloco sobre Saúde e condições de trabalho, os participantes ressaltaram a importância de aprofundar as ações que preservam a saúde dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU, principalmente diante da mudança na forma de se trabalhar imposta pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe). Também demonstraram grande preocupação com a precarização da saúde mental dos servidores, o assédio moral como ferramenta de gestão, o aumento das cargas de trabalho e sua intensificação, aliadas à

uma política de enxugamento do quadro e uniformização autoritária dos processos de trabalho.

A Plenária aprovou a criação, junto do Coletivo de Saúde, do Comitê Permanente de Luta e Formulação Teórica pela Redução da Jornada de Trabalho, além da retomada efetiva da luta pela jornada de 6 horas corridas, sem redução salarial.

Também foi deliberado que a Fenajufe fará um estudo sobre os planos de saúde presentes na categoria, no sentido de denunciar a exploração e mercantilização da saúde. Além disso, o coletivo de Saúde da Fenajufe deve trabalhar para que o direito à saúde e à qualidade de vida nos ambientes de trabalho do Judiciário Federal e do MPU sejam

garantidos de forma efetiva. Para tanto, deve ser tema relevante nos planejamentos estratégicos dos órgãos, com efetiva participação dos servidores na sua construção e nas comissões que interferem ou tenham relevância na organização do trabalho, na ambiência e nas estruturas de Carreira.

Entre as reclamações mais frequentes, destaca-se o modelo de avaliação dos servidores, que precisa ser revisto urgentemente, buscando modelos mais democráticos e que levem em consideração as condições e as relações de trabalho, desempenho da chefia, quadro de servidores e participação da sociedade na avaliação dos órgãos. Mas, antes de se estabelecer qualquer política de

avaliação, se estabeleça política de capacitação e treinamento, com o devido dimensionamento do quadro.

Esgotada a discussão sobre saúde e condições de trabalho, começaram as votações do terceiro bloco, sobre direitos. Foi apreciada uma parte desse ponto de pauta, ficando o restante para ser votado na tarde deste domingo, junto com o calendário de lutas. Dos pontos aprovados, destaque para a reafirmação da luta contra o imposto sindical, pelo direito à negociação coletiva e ao contrato coletivo negociado, além do direito de greve. Foi aprovada também a luta contra os novos ataques preparados pelo governo Dilma e pelo fim do fator previdenciário.

Fenajufe cobra do STM respostas para a Pauta Emergencial



Fenajufe cobra respostas acerca da pauta emergencial ao STM

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) solicitaram audiência com o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro e general de exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, no que foram atendidos no dia 28 de agosto.

A Fenajufe foi representada pelo coordenador Roberto Ponciano, enquanto que pelo Sindjus/DF estavam os diretores Beto e Cleto Vieira (o último, também coordenador da Fenajufe), que apontaram, como principal assunto, a Pauta Emergencial da Fenajufe, dividida em sete pontos: Antecipação das parcelas da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 2014 para 2015 e que o presidente do STM intervenha junto

ao STF e ao Executivo para que seja possível a sua antecipação. O presidente do STM afirmou que fará o que estiver ao seu alcance em favor dos servidores; Correções nas distorções nos padrões do reequilíbrio causadas pela Portaria Conjunta nº 1 de 2013, que regulamenta a Lei 12.774/2012, baseadas na distorção salarial causada entre servidores do mesmo plano. O presidente do STM aponta que entende como justo o pleito e faria gestões junto aos outros presidentes de tribunais.

Quanto a aprovação do PL 319/2007 (Adicional de Qualificação dos técnicos), de acordo com a área técnica do STM, ele já está no Orçamento e cabe à Fenajufe agora fazer a pressão no Congresso e, a respeito da definição de política salarial permanente, com data base para os servidores públicos e a ADIN 206, o presidente do STM opi-

na que essa é uma questão delicada, já que os passivos “viram uma grande bola de neve”, mas que efetivamente o Judiciário deve prezar por sua autonomia.

Ponto candente é a criação da Comissão Interdisciplinar para o Plano de Carreira. Os coordenadores da Fenajufe pediram a criação da comissão interdisciplinar e que o STM

intervenha para que essa criação seja feita ainda este ano, porém reivindicaram que a mesma seja paritária, entre entidades e tribunais. O presidente do STM concordou sobre a importância da discussão. Acerca do reajuste da parcela do plano de saúde dos servidores, os dirigentes da categoria solicitaram o empenho do STM para que a verba não seja

cortada no relatório final da Comissão de Orçamento.

Quanto ao pagamento de passivos aos servidores, o general Raymundo Cerqueira informou que parte dos passivos foi paga, de forma equitativa entre servidores e magistrados e entre todos os tribunais, e que não tem verbas no momento para fazer mais nenhum pagamento.

Plenária define calendário de lutas da categoria

Fenajufe Discussões iniciadas no 8º Congrejufe são retomadas pela Plenária

As votações sobre o plano de lutas, iniciadas anteriormente, foram retomadas e concluídas. Anteriormente havia sido aprovado o plano de lutas sobre reajuste salarial e saúde e condições de trabalho, além de uma parte sobre direitos da categoria, como a luta contra o imposto sindical, pelo direito à negociação coletiva e ao contrato coletivo de trabalho, além da garantia do direito de greve. Foi aprovada também a criação de um Fundo Nacional de Greve pela Fenajufe, com valor mínimo de 1% de sua arrecadação. Os debates sobre direitos começaram pela Reforma Eleitoral. A Plenária aprovou participação da Fenajufe nos debates sobre a Reforma Política, com foco em alguns pontos, como a posição favorável ao financiamento de campanha exclusivamente público, com distribuição igualitária entre os partidos, a fidelidade partidária, a não exclusão de partidos políticos e o fim do voto obrigatório.

No campo das lutas internacionais, a Plenária decidiu, entre várias questões, apoiar o direito à Autodeterminação dos povos, com apoio à resistência dos trabalhadores oprimidos em suas lutas por condições dignas de vida e democracia, contra a miséria, a tirania e as invasões e guerras imperialistas (a exemplo das guerras do Iraque, do Afeganistão e da Líbia), com apoio à luta do povo palestino pela sua libertação. Essa luta também deve ser encaminhada contra os partidos neonazistas e de ultradireita, a xenofobia, o racismo, a homofobia e o machismo, além de defender direitos iguais para os trabalhadores imigrantes independentemente de raça, religião ou orientação sexual. Outras questões aprovadas com relação a esse tema são a completa solidariedade ao povo haitiano e a defesa da retirada das tropas intervencionistas



Foto: Joana D'Arc

Plenária posicionou-se favoravelmente à defesa da Convenção 158/1978 da OIT (contra a demissão imotivada), da Convenção 151/1978 da OIT (pela negociação coletiva no serviço público), da revolução agrária sob o poder os trabalhadores e trabalhadoras e ao aumento do índice de produtividade rural

brasileiras do Haiti, o apoio aos levantes populares no norte da África (Tunísia, Egito e Iêmen) e a posição contrária à manutenção das prisões estadunidense em Guantánamo (Cuba).

No âmbito nacional, a Plenária posicionou-se favoravelmente à defesa da Convenção 158/1978 da OIT (contra a demissão imotivada), da Convenção 151/1978 da OIT (pela negociação coletiva no serviço público), da revolução agrária sob o poder dos trabalhadores e trabalhadoras e ao aumento do índice de produtividade rural para efeitos de reforma agrária.

Decidiu defender também o fim do modelo de superávits primários, a implantação de reajustes lineares anuais de salário e a luta dos aposentados e pensionistas pela aprovação da PEC 555/2006, evitando a contribuição desses trabalhadores à Previdência Social. Tirou ainda posição contrária ao Código Florestal, aprovado pelo Con-

gresso Nacional e sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

A Plenária também votou a favor de vários pontos contra toda forma de discriminação, em defesa do direito à moradia digna e pelo fim da violência, denunciando remoções de pessoas para a construção de espaços a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Com relação à Educação, houve um ponto polêmico e, após debates contra e a favor, acabou prevalecendo a resolução contra o Reuni e ao Prouni, programas que privatizam a Educação Superior e destinam recursos para universidades particulares em detrimento de mais verbas para Educação pública. Também foi aprovada, desta vez sem polêmica, a defesa da aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação pública e a implementação do piso nacional dos professores.

Para a saúde, ficou indicada

a necessidade da aplicação de 6% do PIB na Saúde pública e a revogação da lei que criou a Empresa Brasileira de serviços Hospitalares (Ebserh), que privatiza os hospitais universitários das universidades públicas, assim como Sistema Único de saúde (SUS).

Ainda sobre privatizações, a Plenária mostrou-se completamente contrária aos leilões das reservas de petróleo, dos aeroportos e das estradas do país iniciadas nos governos de FHC e ampliadas nos governos de Lula e de Dilma Rousseff. Marcou posição contrária também às Parcerias Público-privadas (PPP), implementadas desde o governo Lula e acelerada no governo Dilma, e defendeu a revogação da “compra” da Vale do Rio Doce, realizada no governo FHC.

Por fim, a Plenária definiu o calendário de lutas. A única deliberação relacionada ao calendário que precisou de votação foi a marcação da reunião ampliada

da Fenajufe. As demais foram aprovadas por consenso. Dessa forma, o calendário ficou assim definido:

1 - 07/09 – Participação no Grito dos Excluídos, contra as manifestações de direita;

2 - 1ª quinzena de setembro – Rodada nacional de assembleias nos estados;

3 - 28 e 29/09 – Reunião da Executiva da Fenajufe;

4 - 03/10 – Dia Nacional de Luta, podendo adequar a data em conjunto com o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais e das centrais sindicais;

5 - 11/10 – Indicar para as assembleias de base a realização de ato no TSE no dia 11/10 para cobrar a pauta emergencial da categoria e as reivindicações específicas da Justiça Eleitoral;

6 - 12 e 13/10 – Seminário nacional sobre carreira e implicações do PJ-e na Carreira, com instalação de grupo de trabalho;

7 - 09/11 – Reunião ampliada da Fenajufe, com caráter deliberativo, com data que poderá ser antecipada pela Executiva em reunião dos dias 28 e 29/09.

Textos editados com base em original de Janaína Rochido Eduardo Wendhausen Ramos, da Imprensa Fenajufe.

Sisejufe se reúne com a presidência do TRE-RJ e apresenta pautas da categoria

Categoria Escalas, isonomia, horas extras entre outras foram as questões apresentadas ao TRE-RJ

Bruno Franco*

Na tarde da quinta-feira, 5 de setembro, o diretor-presidente do Sisesufe, Válder Nogueira Alves juntamente com o diretor sindical Moisés Leite, reuniram-se com a desembargadora Letícia Sardas, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), com a diretora-geral daquele órgão, Helga Pitthan, assim como com o secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal, Alan Amand Torres.

O primeiro ponto de pauta foi a regulamentação da escala de trabalho dos agentes de segurança. De acordo com Helga Pitthan, a desembargadora já autorizou a regulamentação e será mantida a marcação do ponto eletrônico e os plantonistas realizarão no máximo sete plantões de 24 horas por mês. A diretora-geral informou ainda que está sendo providenciada uma sala que será destinada aos servidores do plantão. Moisés Leite diante do exposto, afirmou que “entendemos que a escala é muito importante para a o TRE, pois significa ter um servidor do Tribunal 24 horas presente e, para os agentes também é muito importante, pois é um pleito bem antigo”.

Outra questão abordada na reunião foi o projeto de Isonomia de função dos chefes de cartório. Válder Nogueira informou a presidente Letícia Sardas que o projeto não foi encaminhado, mesmo tendo o Sisejufe solicitado à ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que o projeto fosse enviado e que a análise de mérito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definida a posteriori. A desembargadora esclareceu que essa é uma questão que ela pessoalmente já havia conversado com a presidente do TSE, mas infelizmente o CNJ não analisou o mérito a tempo de o projeto ser encaminhado



Reivindicações da categoria são debatidas com a Presidência, direção-geral e Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RJ

até 31 de agosto, e que espera que esta questão seja resolvida o mais rápido possível.

Quanto ao pagamento de horas extras, Válder Nogueira solicitou que a desembargadora interceda junto ao TSE para que o mesmo libere a verba destinada ao pagamento da folha de horas extras, que o próprio TRE, inclusive, disponibilizou no contracheque, mas que até então não foi pago e a categoria não tem informações de quando será feito o pagamento. Segundo o presidente do Sisejufe, as horas extras são decorrentes de um trabalho prestado e com promessa de pagamento. A desembargadora Letícia Sardas afirmou que incluirá esse ponto na reunião que terá com a ministra Cármen Lúcia, quando, na próxima semana, encontrá-la em Brasília por ocasião da discussão acerca da PEC 31 (Proposta de Emenda à Constituição que prevê a federalização da Justiça Eleitoral).

Em relação à construção da nova sede do TRE-RJ, a desembargadora informou que as fundações do prédio já foram concluídas e que o primeiro piso já está sendo finalizado. Como o terreno do local é pantanoso, a parte mais importante da obra foi, justamente, o estabelecimento de fundações necessárias. Relatou a desembargadora, ain-

da, que a Sala da Ordem e a Sala de Imprensa foram remanejadas e que os elevadores estão sendo licitados. “O prazo previsto para a conclusão é o início de 2015”, acrescentou a diretora-geral do TRE-RJ, Helga Pitthan.

A presidente aproveitou o ensejo para externar suas preocupações acerca do prédio do TRE na avenida Rodrigues Alves, no qual são armazenadas as urnas eletrônicas. O imóvel, descrito pela desembargadora como um “tesouro”, está situado em meio à região do Porto Maravilha, que concentra projetos de infraestrutura urbana. A Prefeitura não solicitou o terreno, que continuará sob a gestão do Tribunal, entretanto, a presidente do TRE-RJ pondera que as obras de revitalização da região prejudicarão a logística de distribuição das urnas em caso de eleições.

Válder Nogueira e a diretora-geral Helga Pitthan debateram, ainda, os problemas enfrentados por diversos cartórios como os de Campo Grande e Bangu que sofrem com precariedade da estrutura e os da Ilha do Governador e do Méier, que serão remanejados. A diretora informou que os cartórios da Ilha estão indo para o Fórum Regional, um espaço com 100 metros quadrados com ar condicionado e banheiros, com acessibilidade

e não haverá ônus ao TRE-RJ. No caso do cartório do Méier, a diretora informou que já foi definido que o cartório da 212ª Zona Eleitoral será transferido, por motivos de elevado custo de aluguel, e que estão sendo feitos estudos de viabilidade para transferi-lo para onde atualmente estão situados os cartórios das 20ª e 213ª zonas, quando esses ficarem prontos. Válder Nogueira informou que conversaria com os servidores envolvidos na busca de uma solução, pois, onde hoje se encontram esses cartórios, o espaço é extremamente pequeno. O diretor do Sisejufe solicitou à presidente do TRE-RJ que interceda junto aos parlamentares para que esses possam incluir em suas emendas individuais recursos para a modernização e adequação dos cartórios. “Atualmente, as instalações do TRE-RJ são as piores do Poder Judiciário”, lamentou o diretor-presidente do Sisejufe.

Também esteve em pauta a ajuda de custo para remoções a pedido. Válder Nogueira pontuou que a restrição orçamentária do Tribunal não pode inviabilizar a realização de direitos dos servidores. Alan Amand Torres, secretário de Gestão de Pessoas do TRE-RJ, informou que houve um indeferimento no requerimento do sindicato com base em uma resolução do TSE, que

trata de ajuda de custo, nessa circunstância, os diretores Válder e Moisés informaram que o sindicato levaria o caso ao CNJ para que fosse garantido o direito aos servidores do TRE-RJ.

Helga Pitthan informou ainda que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) já apreciou a questão da redução da jornada de trabalho para 6 horas corridas e que há parecer favorável, pois a legislação não impede a redução, desde que seja fixada entre seis e oito horas semanais. Alan Amand informou ainda, que o STF proibiu ao Judiciário a redução do atendimento, o que não é o caso, pois o TRE-RJ continuaria a atender o público no mesmo horário que atende atualmente, havendo apenas um revezamento nos horários de entrada e saída dos servidores. Helga Pitthan informou, ainda, que o processo será apreciado pela Assessoria Jurídica do TRE-RJ e, após isso, será levado a presidente Letícia Sardas para decisão. Moisés Leite enfatizou que a redução da jornada será uma grande conquista para os servidores: “Aumentará muito a motivação. Após seis anos sem nenhum aumento, a categoria obteve apenas 15% de acréscimo, escalonados em três anos”.

*Da Redação.

CNJ confirma jornada de quatro horas para médicos do TRT1

Categoria

Servidores médicos passam a ter jornada de 20 horas semanais

Em atuação do Sisejufe, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anulou os artigos 1º e 2º do Ato 48/2013, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), restabelecendo a redação original do caput e incisos I e II do Artigo 5º do Ato nº 83/2009.

Com isso, o CNJ confirmou a liminar anteriormente obtida pelo Sisejufe e garantiu que a jornada trabalho de servidores médicos seja limitada a quatro horas diárias e à 20 horas semanais, desde que não ocupem função ou cargo comissionado, sem qualquer redução remuneratória.

Na oportunidade, o CNJ reiterou que a Lei 12.702/2012 não alterou a jornada dos analistas judiciários da especialidade de Medicina do Poder Judiciário da União, a qual, pelas regras não derogadas do Decreto Lei 1.445/1976, permanece em quatro horas diárias, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (MS 25.027).

Entenda o caso

Mediante o Ato 48/2013, a Presidência do TRT1 alterou o Ato 83/2009, revogando os incisos I e II do Artigo 5º desse último, que fixavam em quatro horas diárias e 20 semanais, a jornada dos servidores ocupantes do cargo de analista judiciário, área de apoio especializado, Medicina – Medicina Clínica,

na forma como vinha sendo cumprida pela redação original dos incisos I e II do Artigo 5º, do Ato 83/2009.

O Sisejufe então propôs Procedimento de Controle Administrativo (PCA) perante o CNJ, sustentando a nulidade do Ato 48/2013, por violar disposições do Decreto-Lei 1.445/76, cuja aplicação aos servidores

apresentara manifestação invocando os precedentes do STF e do CNJ sobre a jornada dos servidores médicos, pedindo, com base neles, que fosse mantida a jornada de 20 horas semanais. Sem considerar a manifestação do sindicato, o TRT1 editou o Ato 48/2013 e, em face deste, o Sisejufe manejou recurso administrativo, com pedido de

se refere à fixação da jornada de trabalho dos servidores médicos do TRT da 1ª Região.

“O CNJ possui vários precedentes reconhecendo a aplicação da jornada prevista em legislação especial aos servidores médicos do Judiciário da União, inclusive precedentes com caráter normativo. Esses precedentes têm por base a Lei 9.436 e o Decreto-Lei 1.445, que também fundamentam decisão do STF sobre a matéria. Mesmo após a revogação da Lei 9.436, o CNJ confirmou esses precedentes, porque permanecem em vigor as disposições do Decreto-Lei 1.445”, esclarece a advogada Aracéli Rodrigues, do escritório Cassel & Ruzzarin, que presta Assessoria Jurídica ao Sisejufe.

Em razão da confirmação da liminar pelo Plenário do CNJ, a relatoria do caso, monocraticamente, desconstituiu o normativo impugnado, conforme permite a combinação do inciso II do Artigo 95 e inciso XII do Artigo 25 do Regimento Interno.

Em razão da confirmação da liminar pelo Plenário do CNJ, a relatoria do caso, monocraticamente, desconstituiu o normativo impugnado, conforme permite a combinação do inciso II do Artigo 95 e inciso XII do Artigo 25 do Regimento Interno

desde que não ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada.

Em razão dessa revogação, a partir do dia 17 de abril os servidores médicos do TRT1 teriam de cumprir jornada de oito horas diárias e 40 semanais, embora haja legislação especial que fixe a jornada dos médicos

médicos do Poder Judiciário é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e por reiterados precedentes do CNJ, e pedindo, liminarmente, que fossem sustados os efeitos do ato administrativo, até a decisão final do PCA.

Antes disso, no PCA que gerou o Ato 48/2013, o Sisejufe

efeito suspensivo, à Presidência daquele Tribunal.

Contudo, como o ato estava prestes a ser aplicado sem que o pedido de efeito suspensivo fosse analisado, o sindicato propôs o PCA nº 0001815-08.2013.2.00.0000, e teve deferido o pedido de liminar para sustar, desde logo, os efeitos do Ato 48/2013, no que

Servidores participam do Dia Nacional de Manifestações e Paralisações

Ato Unificado

Contra terceirização é pauta que unifica servidores públicos

Por orientação da Fenajufe, os sindicatos de sua base participaram do Dia Nacional de Luta dos servidores públicos convocado pelas centrais sindicais (CUT, CGTB, CSB, CSP/Conlutas, CTB, Força Sindical, NCST, MST e UGT) em atos públicos realizados no dia 30 de agosto. No Rio, a concentração e o ato público se deu na Central do Brasil e uniu os servidores em torno das reivindicações do Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais e aos pleitos gerais dos trabalhadores e trabalhadoras apresentados pelas centrais sindicais.

Tema recorrente no ato público da Central do Brasil, além das reivindicações específicas das categorias, foi a oposição ao Projeto de Lei da Terceirização - o PL 4330/2004 -, do deputado federal Sandro Mabel (PMDB/GO), que colocou do mesmo lado as centrais sindicais e entidades representativas dos servidores públicos com pautas emergenciais, uma delas a do adiantamento das duas parcelas de reajustes acordadas com as entidades sindicais para 2014 e 2015, já que os índices oficiais da inflação superaram as metas divulgadas pelo governo federal.



Foto: Fortunato Mauro

Justiça do Trabalho no Rio avança com a sua descentralização

Categoria Sisejufe cobra explicações da Presidência do TRT do Rio apontando preocupações da categoria

Max Leone*

A direção do Sisejufe participou de reunião em 16 de agosto com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargador Carlos Alberto Araújo Drummond, para buscar esclarecimentos sobre o projeto de descentralização da Justiça do Trabalho. O diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, o diretor da entidade Édson Mouta Vasconcellos e a assessora política Vera Miranda explicaram que a proposta do Tribunal provocou apreensão entre o funcionalismo lotado nos prédios das ruas do Lavradio e Gomes Freire, no que diz respeito, principalmente, aos critérios que serão usados para a mudança.

O presidente do TRT1 esclareceu que o projeto de descentralização levará pelo menos um ano para ser concretizado. Segundo ele, a proposta ainda terá que passar pelo crivo do pleno do Tribunal. Carlos Alberto Araújo Drummond informou ainda que a descentralização prevê a criação de três áreas de atuação da Justiça do Trabalho no Rio: no Centro e nas Zonas Oeste e Norte da cidade e que em um primeiro momento, a ideia é implantar a área que abrange a Zona Oeste. “Pelo nosso levantamento, o local mais estratégico para atender à Zona Oeste seria o bairro de Guaratiba, mas o Recreio dos Bandeirantes é mais próximo de bairros como Campo Grande, Santa Cruz e Barra da Tijuca. Vamos atender à população dessa região que não vai precisar se deslocar para o Centro da cidade para ser atendida pela Justiça do Trabalho”, argumentou o presidente do TRT1.

De acordo com o magistrado, o estudo feito pelo Tribunal indica que 20 varas devem ser levadas para a Zona Oeste, mas, que antes, um inventário será concluído para que se certifique de que não haverá desproporcionalidade em



Diretoria do Sisejufe preocupada com a mobilidade dos servidores

Segundo o desembargador Carlos Alberto Drummond, qualquer movimentação não ocorrerá antes do prazo de um ano

relação à outras regiões. Segundo o desembargador, qualquer movimentação não ocorrerá antes do prazo de um ano. Ele antecipou que a área Norte deve ser implementada em outra gestão, mas sugeriu que um bom local seria o bairro da Abolição.

Valter Nogueira Alves, pelo Sisejufe, ressaltou a preocupação com a mobilidade dos servidores que estarão envolvidos na descentralização. O presidente do TRT1 informou que os funcionários do prédio da rua Augusto Severo, por exemplo, serão transferidos para o edifício da rua Gomes Freire. “Temos que sair da Augusto Severo. O Banco do Brasil, dono o prédio, precisa se desfazer do imóvel. O banco se propôs até em alugar um imóvel no Recreio para o Tribunal. Por isso, os servidores da Augusto Severo vão para a Gomes Freire”, afirmou Alberto Drummond.

O desembargador explicou ainda que no processo de descentralização os servidores das

varas e pessoal de prestação jurisdicional vão ter prioridades de informar se querem ser transferidos. Segundo ele, será criada uma regra transitória com prazo de 60 dias. “A prioridade absoluta será para os servidores que trabalham nas varas que estarão mudando de local e não para o pessoal da Administração. Mas temos ainda que esperar o Pleno do Tribunal estabelecer os detalhes para a publicação de uma resolução que tratará da descentralização. A ordem da inscrição para a transferência vai considerar o horário em que a mesma for realizada durante o dia, não haverá inscrições à noite. Os primeiros terão prioridade. Em caso de desempate vai valer o critério da antiguidade, favorecendo aos servidores mais velhos”, afirmou o presidente do TRT1, ressaltando que quando a resolução estiver pronta será amplamente divulgada e conterà todos os critérios a serem utilizados.

Alberto Drummond informou

que a Secretaria de Desenvolvimento Institucional do TRT1 elaborou e apresentou um relatório que orienta a discussão do processo de descentralização, com dados sobre a concentração populacional por regiões no Rio de Janeiro. O presidente do Tribunal aproveitou a oportunidade para pedir desculpas ao sindicato por não ter consultado a direção da entidade sobre a questão e entregou aos diretores do Sisejufe cópia do relatório: “Consultamos a Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho (ASJT) e me desculpo por não ter procurado o Sisejufe”.

Teste de Aptidão Física e Regulamentação da GAS

Na reunião, Valter Nogueira Alves e Edson Mouta reivindicaram ao Tribunal que os agentes de segurança do TRT1 possam ter condições de manter a forma e condicionamento físicos com vista ao Teste de Aptidão Física (TAF) ao qual passarão a ser submetidos. Os resultados vão influenciar no pagamento da gratificação instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Valter sugeriu que o Tribunal crie um mecanismo que permita que servidor possa fazer o seu

condicionamento de maneira continuada e dentro do horário de trabalho. O diretor-presidente do Sisejufe informou sua preocupação com a ausência de horário específico para que o agente possa realizar os seus exercícios físicos e propôs que houvesse previsão de uma ou duas horas dentro da jornada para exercícios de preparação física.

O presidente do TRT1 solicitou que o sindicato faça um ofício formalizando o pedido. Os diretores do sindicato informaram que o documento será encaminhado o mais rapidamente possível. O desembargador explicou ainda que o Tribunal manteve contato com o Exército Brasileiro (EB) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) para que destinassem espaços para o treinamento dos agentes de segurança do TRT1.

Comissão Permanente de Segurança

O presidente do Tribunal informou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) está reivindicando a participação no Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (Sinaspj), e do Conselho Gestor para definir a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário que deverá ser aprovada pelo CNJ. Alberto Drummond entende que houve uma falha na redação da resolução 176/2013 que instituiu o Sinaspj, visto que essa é constituída pelas comissões permanentes de Segurança dos tribunais, previstas na Resolução 104/2010, na qual os TRT estão incluídos.

Valter Nogueira Alves apresentou ao presidente do Tribunal a reivindicação do Sisejufe de participar da Comissão Permanente de Segurança, conforme prevê o Artigo 2º da mesma resolução. O desembargador afirmou, então, que tal solicitação também seja encaminhada através de ofício para que pudesse ser apreciada formalmente.

*Da Redação.

Nem Estado Máximo, nem Estado Mínimo

Prata da Casa

Servidor lança livro sobre tese que defende que o tamanho do Estado ideal

“O Estado Ideal é plástico e deve expandir e se reduzir sempre, e nada mais que sempre que seja necessário e na medida em que isso promova melhor as garantias constitucionais do indivíduo, das empresas, do próprio mercado, seja de trabalho, seja financeiro, realizando as previsões constitucionais e garantindo a persecução dos dois objetivos da República.”

Max Leone*

As teorias de Estado Máximo Social e de Estado Mínimo Liberal poderiam ser substituídas por uma “moderna e alternativa concepção de Estado”. A proposta é apresentada no livro intitulado “O Estado conformacional – limites possíveis aos atos privados”, lançado pelo analista judiciário Mário César Pacheco, dia 3 de setembro, no Centro Cultural da Justiça Federal, no Centro do Rio.

O assistente de juiz no gabinete do 2º Juizados Especial Cível no Rio de Janeiro, do Fórum Venezuela, defende a tese de que o tamanho ideal de Estado é aquele que seja suficiente, segundo o autor, para organizar a Nação em dado momento histórico da sociedade. “O Estado Ideal é plástico e deve expandir e se reduzir sempre, e nada mais que sempre que seja necessário e na medida em que isso promova melhor as garantias constitucionais do indivíduo, das empresas, do próprio mercado, seja de trabalho, seja financeiro, realizando as previsões constitucionais e

garantindo a persecução dos dois objetivos da República”, defende Mário César, que também é diretor do Sisejufe.

Para ele, o Estado moderno e eficiente exige que, na medida em que a área privada consiga responder às necessidades da população, ele deve se retirar da área produtiva nacional. Mas, avalia que não pode deixar de se expandir sobre a atividade econômica quando a área privada não consegue responder à demanda da população. “Qual o foco do Estado? A realização dos anseios nacionais e, principalmente, insculpidos na Constituição do país. Em especial, são tratados os objetivos da República no desenvolvimento nacional e da promoção do bem estar comum, previsto no Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, em contraste com os princípios da propriedade privada, livre iniciativa e liberdade econômica nos Artigos 5º e 170º da Carta Magna”, afirma o autor.

Mário César acredita que a obra vai despertar debate social, tornando possível seu conhecimento, seu teste social e, assim, gerar ideias que levem à solução de problemas concretos que nos afetam, abrindo opção para

uma sociedade que ainda hoje debate teoria liberal de Estado com origem em John Locke (século XVII), e uma teoria social de Estado com base em Marx (meados do século XIX). “Avalio que é o momento para uma nova teoria e prática de Estado e sugiro o Estado Conformacional”, indica o escritor.

O tema discutido por Mário César começa em sua monografia de pós-graduação em Direito Privado. Nasceu após a observação e a análise de casos que envolviam bancos e clientes, quando as instituições financeiras, segundo o autor, “abusavam na criatividade de criação de tarifas”.

O que chamou a sua atenção, foi quando o Banco Central impôs um limite nessa ocorrência. “Até então eu não havia visto atos administrativos atuando para limitar o abuso no direito privado de lucrar e de os bancos criarem nomes fictícios para serviços que estavam naturalmente adstritos a contratos já pagos pelos clientes. Assim, a partir dessa falta de delimitação do direito de cobrar, criar serviços e achacar valores de forma aparentemente ilegítima, mas legal. Passei a procurar como, sem ofender o princípio da livre iniciativa, poderia o Estado limitar o abuso do achaque legal, mas ilegítimo do cidadão. Achei os objetivos da República, no Artigo 3º da Constituição Federal, de promoção do bem de todos e de busca do desenvolvimento nacional”, explica o servidor, que foi empossado no Judiciário Federal em outubro de 1999.

A crise financeira internacional foi o segundo grande ingrediente fundamental para o desenvolvimento do tema. Segundo Mário César, a abordagem maniqueísta por parte de norte-americanos e euro-

peus para solucionar o risco de quebra de bancos evidenciou que quanto mais se negavam por princípio a estatizar as instituições financeiras maior era o risco de colapso de todo o sistema. Para ele, a adoção de uma teoria econômica liberal do Estado limitava os políticos e o próprio Estado a tomarem medidas mais eficientes de intervenção econômica para proteger os cidadãos, a economia e toda a sociedade. “A ideia foi desenvolver tese que capacitasse, filosoficamente e na prática, o Estado para que ele pudesse intervir mais eficientemente na economia e na sociedade, a bem da própria sociedade, sem ferir qualquer direito previsto na Constituição. Entendo que obtive êxito com o livro”, afirma o servidor, explicando que nos textos há exemplos de aplicação da tese, como para a questão da crise financeira internacional e intervenção conformacional nos bancos com risco de falência ou para a devida abordagem dos meninos de rua no Rio de Janeiro.

“A aplicação da teoria é múltipla e atinge a todo e qualquer tipo de intervenção do Estado

na sociedade e na economia. A teoria cria método de atuação do Estado que estabelece uma dialética entre os princípios constitucionais que devam ser perseguidos em dada intervenção estatal em sociedade e daí gerar a melhor resposta que defino como intervenção conformacional e que torna obsoleta a intervenção estatal que privilegia o prisma econômico, assim como aquela que superdimensiona a questão social”, explica Mário César, para quem, até mesmo a política de remuneração do funcionalismo público e de contratação pode ser avaliada pela perspectiva conformacional. A aplicação da tese em sociedade extirparia – acredita ele – a discussão infinita hoje existente sobre o Estado ser mínimo ou máximo, se deve ser liberal ou socialista.

“Depois de terminar o livro percebi que essas duas teorias (liberal e socialista) são limitadoras da atuação do Estado e prejudicam a realização da plenitude dos direitos e garantias individuais e das empresas como disposto em nossa Constituição. Discutir intervenção do Estado sob prisma liberal ou socialista hoje, com a teoria conformacional, ousar dizer, é como se ao falarmos de transporte, estivesse a sociedade discutindo se é melhor a tração animal do século XVII ou a tração à combustão do século XIX, enquanto já temos à disposição um trem magnético, combustão de biocombustíveis e energias elétrica e fotovoltaica”.

*Da Redação.



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem vela artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br